

DOSSIÊ TEMÁTICO:

Fontes Documentais para a História da Educação

**REGISTRO EM ARQUIVOS SOBRE A
INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS NA REGIÃO
SUDOESTE DA BAHIA¹**

*Ana Elizabeth S. Alves**

*Gilneide de Oliveira Padre Lima***

*Manoel Nunes Cavalcanti Júnior****

Resumo: Este artigo apresenta uma breve discussão sobre documentos (jornais, revistas e relatórios administrativos) encontrados em arquivos acerca do desenvolvimento da indústria de laticínios e da qualificação profissional realizada pelo Posto Experimental de Laticínios, na região de Vitória da Conquista, Bahia, articulando aspectos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro e suas repercussões sobre a economia regional e a educação.

Palavras-Chave: Arquivo. Documento. Indústria de laticínios.

¹ Parte deste texto foi apresentada no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, de 17 a 20 de abril de 2006, em Uberlândia, MG.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: ealves@uesb.br.

** Mestre em Pedagogia Profissional pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA)/ISPETP-CUBA. Professora do Cefet-BA. email: gilneidepadre@hotmail.com.

*** Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA). E-mail: manael_46@hotmail.com.

Introdução

Os arquivos são “lugares de memória” que possibilitam a guarda física de documentos, o tratamento técnico e a organização da informação, como, também, lugares que permitem a compreensão do passado e as múltiplas relações que os documentos estabelecem com o presente (VIDAL, 2005). Os documentos em geral são compreendidos como quaisquer objetos, qualquer base de conhecimento fixada materialmente que elucide, instrua, reconstrua, prove ou comprove cientificamente algum fato ou acontecimento. Nessa perspectiva, podemos considerar a pluralidade do campo da fonte documental histórica presente em um arquivo, envolvendo desde escritos de todos os tipos até documentos figurados (LE GOFF, 1993). Ou seja, tudo que se relaciona a todos os homens e mulheres, como agentes da história em qualquer tempo e lugar. Por intermédio das possíveis leituras acerca dos documentos existentes em um arquivo, podemos compreender a memória de um dado objeto de estudo.

A consulta dos registros de documentos em arquivos nos permitiu conferir sentido ao passado pelo manuseio e análise de fontes para uma pesquisa que investiga a indústria de laticínios e a qualificação profissional de técnicos laticinistas a partir dos anos 30 e o Ensino Prático em Laticínios, ministrado no Posto Experimental de Laticínios da cidade de Vitória da Conquista,² reconstituindo parte da história.

Tomando como referência as questões apontadas acima, inicialmente, o presente artigo descreve os documentos encontrados nos arquivos pesquisados, em seguida, de acordo com esses documentos, relata o desenvolvimento da indústria de laticínios e do Ensino Prático em Laticínios.

² A pesquisa “O Trabalho e a História da Qualificação Profissional na Indústria de Laticínios na Região Sudoeste da Bahia” está sendo desenvolvida pelo grupo de estudos e pesquisas Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da Uesb. O objetivo é conhecer a história da qualificação profissional dos produtores e trabalhadores do ramo de laticínios da Região Sudoeste da Bahia, iniciada pelo “Posto Experimental de Laticínios” em 1934, hoje extinto, bem como as suas articulações/influências na transferência de conhecimentos técnicos para a construção da indústria de laticínios local até os dias de hoje. A agência financiadora dessa pesquisadora é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Os arquivos

No Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, pesquisamos exemplares do jornal **O Combate** do período de 1934 a 1937; 1943 a 1950 e 1957 a 1959. Como fonte rescrita primária, os jornais captam a visão da sociedade da época (ou de parte dela) sobre o objeto estudado, sendo um meio extremamente expressivo das idéias e valores de um tempo, possibilitando apreender as concepções daquele momento sobre o tema de um modo mais ágil, informal, e perceber novos aspectos sobre a organização da vida na região e sua articulação com o trabalho e o processo educativo.

Localizamos na Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador, alguns exemplares da revista **Bahia Rural**, outra fonte escrita significativa para desenvolver estudos sobre a história da indústria de laticínios. Esta revista é uma publicação mensal da sociedade civil Editora Bahia Rural, do período de 1933 a 1958. Em alguns exemplares, catalogamos informações a respeito da criação e funcionamento do Posto Experimental de Laticínios em Vitória da Conquista e sobre a situação das indústrias de laticínios na cidade àquela época. Esse documento apresenta uma variedade de textos de caráter educativo, direcionados para a área agrícola e para a indústria de laticínios, a exemplo de artigos de intelectuais que tratam da história dos municípios, do ensino prático de laticínios, da educação da juventude rural (escolas para os filhos dos vaqueiros), entre outros. Muitos dos conteúdos da revista refletem um caráter de expansão de conhecimentos técnicos para uma determinada clientela, demonstrando ações extensionistas que estabeleciam uma relação entre técnicos, produtores rurais, trabalhadores e a indústria de laticínios, com o objetivo de organizar cientificamente o trabalho para aumento da produtividade e modernização do campo. Um debate que tinha como pano de fundo o objetivo de construir um projeto de nação brasileira, alinhando o país no caminho do capitalismo mundial (MENDONÇA, 1996). Para tanto, era importante criar formas de intensificação do processo de produção com a introdução de inovações tecnológicas e a formação de um “novo” trabalhador.

Na pesquisa desenvolvida no Arquivo Público Pedro Calmon, sessão republicana, em Salvador, rastreamos documentos das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio nas décadas de 30, 40 e 50, em busca de informações sobre os laticínios na Região Sudoeste. Os principais documentos encontrados foram processos de isenção de impostos, relatórios de vistorias em fábricas da região e relatório das atividades do Posto Experimental em 1942. Os documentos mostraram que uma das preocupações do governo da Bahia nos primeiros anos da interventoria (1932-1934) de Juracy Magalhães (1936) foi o fomento da indústria de laticínios. Uma das estratégias políticas do então interventor foi a de conquistar o apoio dos chefes políticos do interior baiano. Em Conquista, um dos principais líderes políticos era o Coronel Deraldo Mendes, chefe local do Partido Social Democrático (PSD), partido criado por Juracy para enfrentar as eleições para governador em 1934. A criação do Posto em Conquista não deixava de ser um trunfo do interventor e instrumento de propaganda para angariar apoio a sua candidatura ao governo estadual (O COMBATE, 1934; GUEIROS, 1996, p. 130-134).

Indústria de laticínios e ensino prático

Tradicional zona de pecuária, a região de Conquista, desde o seu desbravamento na segunda metade do século XVIII, trilhou o caminho da criação de gado (SOUSA, 2001, p. 104-109). A cidade foi a pioneira baiana na produção de manteiga em moldes industriais. Há dois relatos a respeito deste fato. Segundo o professor Pedro B. Peres, a primeira fábrica de manteiga foi fundada em 1920 pelo Coronel Deraldo Mendes e Cia., e seu produto denominava-se “Elza” (PERES, 1936, p. 856). Já o agrônomo Honorato de Freitas afirmava que a manteiga Elza disputava o pioneirismo com a manteiga “Oriental”, que teve curta duração, produzida pelo Sr. Virgílio Mendes Ferraz (FREITAS, 1936, p. 1153-1154). Segundo os relatos, dá-se a entender que a manteiga Elza foi produzida em parceria pelos Srs. Deraldo Mendes e Américo da Silva Almeida. Em 1936, ela ainda estava firme no mercado, e sua fábrica continuava

no mesmo local, na Fazenda Casa de Telhas, pertencente à esposa de um de seus fundadores, a Sr^a Anna Mendes de Almeida.

Em 1930, surgia a Cooperativa de Laticínios de Conquista, fundada por elementos da própria cidade, “com 150 contos de capital, aparelhagem moderna, instalação frigorífica, laboratório etc.” (PERES, 1936, p. 856). A marca produzida pela Cooperativa foi a Condor, que enviou, para Salvador, nos seus primeiros sete meses de funcionamento, 15.140 kg de manteiga. Ainda em 1930, enfrentando dificuldades, a Cooperativa foi arrendada para o Sr. Julius Frank, e a marca passou a denominar-se “Conquista”. Não resolvidos os problemas, a Cooperativa deixou de produzir pouco tempo depois (FREITAS, 1936, p. 1154).

Segundo Honorato de Freitas, no início daquela década, mais exatamente em 1931, a cidade de Conquista via surgir mais uma fábrica, de propriedade da firma Irmãos Rosa e produtora da marca Catita. Sua produção em 1932 foi de mais ou menos 24 mil kg de manteiga, saltando, em 1935, para 82 mil kg e, para 1936, a previsão era superar os 100 mil kg (FREITAS, 1936, p. 1154).

Entre 1932 e 1934, uma forte seca assolou a região central do Estado, onde se localizavam os municípios de Mundo Novo e Morro do Chapéu, sedes também de fábricas de manteiga. Para fugir desse problema, alguns proprietários transferiram-se para a região Sudoeste, fortalecendo a indústria de laticínios ainda mais a partir de 1933. Conquista recebeu a fábrica Coroa, do médico veterinário J. Cohim Ribeiro, que, mais tarde, mudou sua marca para 2 de Julho. A fábrica Garota, pertencente ao Sr. Octavio Meneses, instalou-se em Itambé também em 1933 e, em 1935, ela já produzia 140 mil kg de manteiga. Por fim, o município de Encruzilhada recebeu a fábrica Princezita, de propriedade do Sr. Raul Borba, em 1934. No ano seguinte, sua produção alcançava os 50 mil kg (FREITAS, 1936, p. 1154).

O Sr. Otto Frensel, diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura e secretário da Associação dos Exportadores de Leite para o Distrito Federal, destacava as “excelentes condições” para a produção de manteiga na zona de Conquista (PERES, 1935, p. 257-

259). A produção de queijo também tinha ali condições bastante favoráveis, tanto no que diz respeito à temperatura quanto à umidade, pois eram fatores fundamentais para a cura e fermentação do leite (PERES, 1935, p. 257-259).

Em 1934, instalou-se na cidade de Vitória da Conquista o primeiro Posto Experimental de Laticínios da Bahia com o objetivo de incentivar o aproveitamento do leite na produção de queijo artesanal e manteiga, combinando princípios de uma moderna tecnologia, organização industrial, transferência de conhecimentos técnicos para os produtores rurais e qualificação da força de trabalho. Esta iniciativa teve por fim disseminar, entre os criadores baianos, noções sobre pecuária de leite, higiene e defesa sanitária animal, assim como efetuar experiências e estudos com o intuito de promover o desenvolvimento da indústria de laticínios na região (BAHIA RURAL, 1936, p. 1211).

O Posto de Laticínios, portanto, estava sendo instalado numa região favorável ao ramo da indústria leiteira, que, sozinha, produzia quase a totalidade da manteiga fabricada na Bahia, com uma previsão de produção, para 1936, superior a 328 mil kg, quantidade maior que toda a produção baiana no ano de 1933 (PERES, 1936, p. 856).

A fotografia (Figura 1) mostra o prédio onde funcionou o Posto Experimental de laticínios na década de 30:



Figura 1 – Fachada do prédio onde funcionou o Posto Experimental de laticínios na década de 30.
Fonte: PONDÉ, 1934.

No Posto de Laticínios, desenvolviam-se várias atividades direcionadas para um mesmo fim. Uma delas voltava-se para a produção experimental de laticínios, análise em laboratório dos componentes do leite, disseminação de tecnologias e instruções sobre a instalação de usinas de beneficiamento, fábricas de laticínios, entrepostos de leite, cooperativas, postos de desnatção, etc.

Nessa mesma época, iniciou-se o Curso Prático de Laticínios (Figura 2), ministrado por professores técnicos agrônomos, na sede do Posto Experimental de Laticínios, regulamentado pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras públicas da Bahia, em 1934, com o objetivo de instruir, preferencialmente, os filhos dos fazendeiros, industriais ou operários deste ramo, interessados no conhecimento da tecnologia do leite e seus derivados (PONDÉ, 1934, p. 86; BAHIA RURAL, 1936, p. 1211).



Figura 2 - Turma de práticos em laticínios em 1937. Fonte: Foto Extraída do arquivo particular de ex-aluno da Escola Prática de Laticínios.

O currículo do curso era composto de aulas práticas sobre pecuária leiteira e laticínios. Durante o seu funcionamento, produziam-se variados tipos de queijos e manteiga não só para capacitar os alunos em relação ao feitiço dos produtos, normas de higiene, mas, também, para ensiná-los a comercializar, relacionando os produtos segundo os ingredientes, tipos e preços tabelados pela Secretaria da Agricultura. O curso era gratuito, oferecia um máximo de vinte vagas

por ano, com duração mínima de dez meses e era essencialmente prático, “aprender fazendo”, ensinando um ofício ligado à produção e destinado à formação de uma força de trabalho manual.

Ao final do curso, após exame de habilitação perante uma banca examinadora, os alunos recebiam um certificado que lhes concedia o título de “Prático em Laticínios”, fornecido pela Secretaria da Agricultura do Estado. De acordo com o regulamento de criação do curso, os primeiros colocados no exame deveriam ser preferidos nas indicações quando surgissem vagas em cargos para o exercício profissional. No primeiro ano de seu funcionamento, o curso diplomou cinco práticos que foram trabalhar em fábricas de manteiga baianas e mineiras, sendo a única oportunidade de uma profissionalização regulamentada para rapazes na cidade.

Nas notas publicadas no jornal **O Combate**, entre 1935 e 1937, pode-se observar a direção do Posto Experimental divulgando as datas de entrega de certificados de conclusão do Curso Prático aos alunos que o freqüentaram, fazendo referências ao local e à importância dos convidados para o evento, demonstrando que este representava um momento solene para a cidade (O COMBATE, 1935).

A concepção do curso estava voltada para a qualificação profissional de rapazes que tinham a intenção e as condições de, no futuro, tornarem-se pequenos proprietários ou empregados em indústrias de laticínios; modernizar a produção nas propriedades da família; tornarem-se funcionários para o exercício do “ensino ambulante” em fazendas da região.

Nos depoimentos colhidos com ex-alunos, verificamos que o curso cumpriu uma importante função educativa na qualificação de práticos em laticínios, sendo responsável pelo fomento e desenvolvimento da produção de manteiga e queijo do tipo Camponês em meados da década de 30, que perdura até hoje, além de ter propiciado os conhecimentos necessários à abertura de negócio próprio no ramo de laticínios.

Naquela época, a cidade contava com poucas escolas primárias, públicas ou particulares, cursos que preparavam alunos para exame de admissão em outras localidades, cursos de datilografia, corte e costura,

culinária e música. Apesar de o ensino profissional na sua essência ser associado às classes pobres, o Curso de Prático em Laticínios representou certo avanço em termos educacionais para a cidade, embora um avanço para poucos, uma vez que os candidatos deveriam apresentar, no ato da matrícula, diploma de curso primário expedido por escola pública ou particular de idoneidade reconhecida. O depoimento de um dos ex-alunos entrevistados esclarece que, para freqüentar o curso, a exigência era o exercício da leitura e da escrita.

A finalidade educacional do curso, que se distinguia das demais instituições de ensino elementar, era formar mão-de-obra especializada para ministrar ensinamentos práticos nas fazendas e nas indústrias de manteiga. Já havia naquela época uma grande preocupação com a educação dos trabalhadores da zona rural e da indústria, aliada a uma preocupação do Estado em oferecer alguma alternativa de inserção de jovens no mercado de trabalho e atender às demandas dos fazendeiros e proprietários de laticínios com uma força de trabalho qualificada. Conforme Freitag (1986, p. 53), o Estado procurava atender às necessidades do setor privado assumindo o treinamento da força de trabalho “para criar um exército de trabalho para o bem da nação” nas palavras do Ministro Capanema”.

O fomento da indústria de laticínios vai exigir uma maior instrução dos trabalhadores para o manejo com as máquinas e as normas de higiene. Segundo Aguiar (1936), técnico em laticínios do Posto Experimental, para a expansão e o desenvolvimento da indústria de laticínios, os conhecimentos técnicos e higiênicos são necessários desde a fonte de produção da matéria-prima até a última operação no fabrico do queijo e da manteiga. Para Aguiar, a região tem deixado muito a desejar, configurando um entrave para a expansão da produção.

Do ponto de vista das transformações históricas que estavam acontecendo no mundo do trabalho naquela época, a implantação do Posto Experimental de Laticínios no município e a instalação do Curso Prático de Laticínios refletem as influências do processo de intensificação do capitalismo industrial e o papel da intervenção

econômica do Estado. Essas transformações surgiram nas primeiras décadas do século XX no país. Nesse período, estabeleceu-se um jogo de interesses socioeconômicos que, às vezes, implicava, simultaneamente, solidariedade e oposição entre as oligarquias agroexportadoras, de um lado, comprometidas em preservar os seus interesses e, de outro, a burguesia industrial que ganhava projeção com a expansão urbano-industrial, tendo o Estado como aliado para criar condições favoráveis à introdução desse novo modo de acumular. Além disso, havia o objetivo de construir um projeto para a nação brasileira que enterrasse o passado colonial e alinhasse o país no caminho do capitalismo mundial (MENDONÇA, 1996, p. 268).

A década de 30 foi o período de aceleração do desenvolvimento das relações capitalistas nos centros urbanos. No campo, essas relações se expandiram de modo desigual e com lentidão, do mesmo modo que ocorreram desigualdades marcantes entre regiões do país. O desenvolvimento dos centros urbanos impulsionava o crescimento de um mercado interno que demandava o crescimento da indústria e, neste sentido, novas áreas iam sendo incorporadas à economia de mercado. Esse novo modo de vida desperta para a importância estratégica do sistema educacional, objetivando garantir as mudanças estruturais ocorridas, criando estímulos de redução da taxa de analfabetismo e estratégias de qualificação profissional a um número maior de pessoas que já eram alfabetizadas para atender às necessidades de uma sociedade capitalista emergente (SODRÉ, 1980, p. 64-72).

Naquele momento, despontavam novas demandas educacionais por conta da intensificação do capitalismo industrial no país. As exigências da sociedade industrial impunham mudanças na forma de pensar a educação e a escola. Por um lado, havia a necessidade de eliminar o analfabetismo por conta da grande concentração da população nos centros urbanos com o objetivo de formar uma massa de consumidores e, por outro, a necessidade de qualificar mão-de-obra para trabalhar nas manufaturas. Havia também, segundo Cunha (2000), a intenção de difundir uma ideologia que versava sobre a necessidade de educar o

povo, tirá-lo da ignorância, da apatia, da superstição, para o “engrandecimento e progresso da nação”, aliada ao desenvolvimento da industrialização, que juntos poderiam conduzir o Brasil ao nível das nações civilizadas.

Como consequência do desenvolvimento urbano-industrial pós-1920 e, principalmente, depois de 1930, começará a se sentir a necessidade de formar elementos capacitados a desempenhar novas funções no setor industrial e de serviços. Os hábitos da vida urbana começam a exigir maiores níveis educacionais e o Estado é pressionado pelas massas populares a um maior acesso à educação. Já que o ensino secundário era reservado para a elite, a saída era a criação de cursos profissionalizantes (MACHADO, 1989).

A criação de cursos profissionais no Brasil sempre esteve diretamente relacionada às necessidades do modo capitalista de produção, configurando-se como expressão da divisão social e técnica do trabalho o que implica em diferentes formações, de acordo com a posição a ser ocupada no sistema produtivo. Segundo Kuenzer (1992, p. 12), a formação voltada para o trabalho está definida, desde seu início, como destinada aos mais pobres que, sem acesso ao sistema regular de ensino, teriam condição de ocupar as posições mais baixas na “hierarquia ocupacional”.

O sistema público de ensino oferecia um determinado caminho para os alunos oriundos das classes mais abastadas e outro para as classes populares que conseguiam chegar e permanecer na escola. Os primeiros, depois de cursar o primário, eram encaminhados para o ginásio, em seguida para o colegial, podendo optar por um curso superior. Para os segundos, o caminho, quando não evadiam do primário, era frequentar um curso profissionalizante. O próprio Estado admitiu abertamente esse ramo de ensino como predestinado para as camadas mais desfavorecidas, só assumindo outra posição ideológica mais tarde com avanço do capitalismo no país.

Em Vitória da Conquista, novas necessidades de urbanização e o surgimento de um mercado de consumo já determinavam o

aparecimento de outras exigências educacionais, demonstrado por professores da cidade ao expressar sua grande preocupação com o problema do analfabetismo, inclusive do homem do campo (O COMBATE, 1934).

Na década de 30, a economia da cidade de Vitória da Conquista era basicamente direcionada para atividades primárias ligadas à pecuária e à agricultura de subsistência. O município tinha como principais produtos de exportação: gado, manteiga, requeijão, couro, poaia (ípecacuanha) e feijão (BAHIA RURAL, 1937), cuja maioria era controlada e desenvolvida nos latifúndios, que pertenciam a um pequeno grupo de fazendeiros da região, favorecendo a formação de uma população de trabalhadores rurais que viviam em situação de miséria e ignorância. O principal comércio realizado por esses fazendeiros era a compra e venda de cabeças de gado. O leite era considerado como uma mercadoria de menor importância quando comparado com o gado, não obstante já existirem na região algumas fábricas de manteiga.

Em meados dos anos 30, os fazendeiros locais e o governo debatiam idéias em torno do melhor aproveitamento do leite. No Primeiro Congresso de Criadores Baianos que aconteceu na cidade, em 1936, estavam presentes o interventor do Estado, técnicos em laticínios, fazendeiros e proprietários das fábricas de manteiga. O relato dos discursos proferidos no evento mostra a importância do fomento à indústria de laticínios para o crescimento da região (BAHIA RURAL, 1936).

Agrônomos e técnicos em laticínios do Estado publicam artigos para difundir e demonstrar idéias sobre a produção de derivados do leite, com o objetivo de fomentar a indústria de laticínios (O COMBATE, 1934; BAHIA RURAL, 1936). As oligarquias rurais do município demandavam o desenvolvimento dessas indústrias, viabilizando a expansão da produção e a ocupação de novas terras. O Estado, por sua vez, tinha uma preocupação política e econômica em cooptar as oligarquias locais, que eram controladas pela classe dominante ligada à pecuária, e assumir um papel intervencionista, propiciando algumas condições favoráveis para o fomento da indústria de laticínios.

As exigências dessa nova produção indicavam a necessidade de assegurar a instrução primária, eliminando o analfabetismo e qualificando profissionalmente indivíduos para trabalhar na produção de queijo e manteiga.

Esses dados obtidos a respeito da história da indústria de laticínios e da instalação do Posto Experimental na região de Vitória da Conquista ilustram o avanço do modo capitalista de produção e de vida, abrindo possibilidades de prosseguimento nos estudos acerca das transformações técnico-organizacionais do capitalismo industrial para a organização da produção no campo e a sua relação com o processo de qualificação profissional de trabalhadores e produtores rurais.

Por fim, vale ressaltar que a localização, sistematização e problematização das fontes documentais possibilitaram reconstruir o objeto que está sendo investigado, atribuindo sentido a alguns rastros de memória sobre a cidade, as pessoas e as instituições.

RECORD IN FILES ABOUT THE DAIRY INDUSTRY IN THE SOUTHWESTERN REGION OF BAHIA

Abstract: This article presents a brief discussion on documents (newspapers, magazines and administrative reports) found in files about the development of the dairy industry and the professional qualification carried out by the Experimental Dairy Station, in the region of Vitória da Conquista – BA, and so articulating aspects of the Brazilian social economic development and its repercussion on the regional economy and education.

Key words: File. Document. Dairy Industry.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ivo F. Regulamentação e Fiscalização da Indústria de Laticínios. **Bahia Rural**, Salvador, ano 3, n. 33 e 34, maio/jun., 1936, p. 1123-1127.

_____. Vantagens do controle da produção de creme, e estudos sobre a fermentação lática, visando o melhoramento dos caracteres organolépticos da manteiga. **Bahia Rural**, Salvador, ano 3, n. 33 e 34, maio/jun., 1936, p. 1138-1142.

BAHIA (Estado). Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia. **Boletim da Agricultura Comércio e Indústria**, Salvador, n. 9, 10, 11 e 12, 1933.

BAHIA RURAL. Salvador, BA, ano 2, n. 18, jul. 1935.

BAHIA RURAL. Salvador, BA, ano 3, n. 32, abr. 1936.

BAHIA RURAL. Salvador, BA, ano 3, n. 33 e 34, maio/jun. 1936.

BAHIA RURAL. Salvador, BA, ano 4, n. 42 e 43, fev./mar. 1937.

BAHIA RURAL. Salvador, BA, ano 4, n. 44 e 45, abr./maio 1937.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil - 1908-1912**. Rio de Janeiro, v. 1-3, 1916-1927.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil - 1937**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil - 1939-1940**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

CUNHA, Luis Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FREITAS, Honorato de. Bosquejo Histórico da Indústria de Laticínios na Bahia e Influência da Fazenda Modelo de Catu e da Secretaria da Agricultura no seu desenvolvimento. **Bahia Rural**, Salvador, ano 3, n. 33 e 34, p. 1153-1155, maio/jun. 1936.

GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho:** contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

MAGALHÃES, Capitão Juracy M. Discurso proferido pelo Governador do Estado inaugurando o 1º Congresso de Criadores Baianos. **Bahia Rural**, Salvador, ano 3, n. 33 e 34, p. 1082-1084, maio/jun. 1936.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 267-299.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 32, p. 1, 8 abr. 1934.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 35, p. 1, 29 abr. 1934.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 48, p. 1, 29 jun. 1934.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 1, p. 3, 11 ago. 1934.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 37, p. 4, 9 jun. 1935.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 38, p. 1, 16 jun. 1935.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 32, p. 1, 14 mai. 1936.

O COMBATE. Vitória da Conquista, BA, n. 21, p. 1, 10 jan. 1937.

PERES, Pedro B. Sobre ração para gado e sobre cura de queijos. **Bahia Rural**, Salvador, ano 2, n. 18, p. 257-259, fev. 1935.

_____. Aspectos leiteiros brasileiros. **Bahia Rural**, Salvador, ano 3, n. 29, p. 853, jan. 1936a.

_____. A indústria de laticínios na Bahia. **Bahia Rural**, Salvador, ano 3, n. 29, p. 856, jan. 1936b.

PONDÉ, Francisco Velloso. **Notas sobre indústria animal**. Salvador: [s.n.], 1934.

SODRÉ, Nelson W. **Síntese de história da cultura brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUSA, Maria Aparecida S. de. **A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.